

O CICLO NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS: CONCEPÇÕES E DESAFIOS

Regina Aparecida Correia Trindade¹
Dr^a Andréa Rosana Fetzner²

Introdução

Este trabalho tem como finalidade apresentar uma articulação prévia do objeto de pesquisa da estudante, que pretende investigar, no cotidiano escolar, a prática da organização em ciclos na Educação de Jovens e Adultos no Município de Niterói no Estado do Rio de Janeiro. A implementação do referencial curricular em ciclos encontra respaldo no Artigo nº23 da LDB 9394/1996, e tem sido adotado e ampliado também para a modalidade da Educação de Jovens e Adultos. O Município de Niterói adotou em todo o Ensino Fundamental a organização escolar em ciclos, e elaborou um referencial curricular específico para a Educação de Jovens e Adultos, que representa propor uma prática e um currículo específico para esta modalidade.

Esta opção, implementada em Niterói, a princípio revela importantes mudanças conceituais em relação à concepção tradicional de ensino, uma vez que os ciclos buscam romper com a lógica linearizada dos referenciais curriculares tradicionais e entender e respeitar o conhecimento como algo cultural, histórico que acontece de diferentes formas e em tempos diversos. No entanto, ainda é comum percebermos práticas educativas no ciclo que muitas vezes ainda sustentam uma lógica de seriação em suas diversas formas de manifestação no cotidiano escolar, tais práticas também ocorrem na Educação de Jovens e Adultos.

O diálogo construído buscará apresentar a concepção de ciclos associada à Educação de Jovens e Adultos, refletindo sobre as práticas curriculares e educativas que compõem o cotidiano escolar em sua relação com o documento instituído sobre os Referenciais Curriculares para a Educação de Jovens e Adultos.

Revisão de Literatura: em busca dos “Ciclos na EJA”

¹ Aluna do Programa de Pós Graduação em Educação - PPGEduc - Mestrado na Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO).

² Professora Dr^a do Programa de Pós Graduação em Educação – PPGEduc – Mestrado na Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO). Coordenadora do GEPAC - Grupo de Estudo e Pesquisa em Avaliação e Currículo e integrante dos grupos de pesquisas: Instituições educacionais e suas práticas pedagógicas e Práticas educativas, linguagens e tecnologia.

A Educação de Jovens e Adultos na atualidade é sem dúvida um desafio, pois é necessário e fundamental compreendê-la por meio de vários enfoques, que se afirmam múltiplos nos trabalhos produzidos, revelando processos de lutas, denúncias, metas, sonhos de muitos que acreditam na educação como uma das ferramentas fundamentais à transformação social com justiça e emancipação humana.

A Educação de Jovens e Adultos foi instituída no Brasil concomitante à própria história do projeto colonizador brasileiro pelos portugueses, pois, ela tem início em algumas ações de catequização portuguesa em território brasileiro. Ao longo da História, entretanto, esta caracterização foi se modificando, dando lugar a várias e diferenciadas práticas e concepções acerca da educação de jovens e adultos, sendo importante o exercício de compreender tais questões com o momento histórico do qual faz parte.

Atualmente, percebemos um quantitativo crescente de estudos, pesquisas, análises, produções na área da EJA, assim como nas demais áreas, as problematizações referentes ao campo tem demonstrado uma multiplicidade de olhares para um determinado objeto, e tais multiplicidades estão relacionadas com o lugar e a pergunta feita pelo sujeito que participa, que observa, que problematiza sua prática.

Em busca de dialogar com as produções acadêmicas sobre Ciclos na EJA foi realizada uma pesquisa na Biblioteca Eletrônica da SciELO, nas produções de trabalhos de Educação de Jovens e Adultos (GT18) no âmbito das reuniões anuais da Associação Nacional de Pós-Graduação em Educação (ANPEd) e no banco de Dissertações e Teses da CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, onde não foi possível encontrar resultados de pesquisa desenvolvidas sobre o tema Ciclos na EJA.

Justifica-se assim o presente trabalho sobre o tema considerando o interesse em compreender, em uma perspectiva qualitativa, por meio da análise documental dos referenciais curriculares implementados em 2010 no município de Niterói, as relações entre estes referenciais com as práticas educativas na modalidade de Educação de Jovens e Adultos. Desta forma, o trabalho a ser apresentado na modalidade pôster buscará apresentar algumas concepções sobre o ciclo, buscando dialogar com a modalidade da Educação de Jovens e Adultos através do Referencial Curricular implementado na Rede de Niterói.

O ciclo e a Educação de Jovens e Adultos: tecendo algumas aproximações

Porque estudar o ciclo na EJA? Cláudia Fernandes (2007) nos dá algumas pistas sobre considerar o ciclo como necessário e transitório para a reinvenção da escola:

[...] pensar em uma escola em ciclos significa, do meu ponto de vista, pensar em uma escola diferente da que hoje conhecemos. Uma escola possível. Defendo a tese de que, provavelmente a escola em ciclos é hoje uma escola necessária e transitória para uma escola que estamos construindo, que seja mais coerente com nossas questões contemporâneas. Uma escola que precisa reformar, ressignificar seus tempos, espaços, sua gestão, sua concepção de conhecimento escolar, sua concepção de ensino aprendizagem, incluindo aí, a avaliação escolar. (p.95)

A utilização da palavra ciclo requer, antes, uma delimitação, afinal, ciclo é uma palavra polissêmica, e dependendo de sua utilização, pode assumir diferentes interpretações.

Conforme aponta Freitas (2003):

Ciclos de formação, progressão continuada, avaliação, promoção automática, reforço, programas de aceleração (...). Sob eles, há uma intrincada rede de relações, posturas políticas, práticas e concepções que transitam de forma encoberta. (p.13)

Desta forma, quando falamos de ciclos não estamos apenas compreendendo o mesmo como uma alternativa direta e simplificada ao sistema seriado, mas estamos entendendo o mesmo como complexo e histórico, como um processo que vai, ao longo de seu fazer demonstrando concepções, amadurecimentos, avanços e também retrocessos.

De acordo com Barreto e Mitrulis (2001):

Os ciclos escolares, presentes em alguns ensaios de inovação propostos pelos estados sobretudo a partir da década de 60, e, em alguns de seus pressupostos, defendidos desde os anos 20, correspondem à intenção de regularizar o fluxo de alunos ao longo da escolarização, eliminando ou limitando a repetência. Cada proposta redefiniu o problema à sua maneira, em face da leitura das urgências sociais da época, do ideário pedagógico dominante e do contexto educacional existente. Independentemente das tónicas de cada momento, o desafio essencial permaneceu, e, sobre não ser novo, reafirma a urgência de passar da universalização das oportunidades de acesso ao provimento de condições de permanência do aluno na escola garantindo-lhe aprendizagem efetiva e educação de qualidade. (p.103)

Ainda, de acordo com os mesmos autores:

Os ciclos compreendem períodos de escolarização que ultrapassam as séries anuais, organizados em blocos cuja duração varia, podendo atingir até a totalidade de anos prevista para um determinado nível de ensino. Eles representam uma tentativa de superar a excessiva fragmentação do currículo que decorre do regime seriado durante o processo de escolarização. A ordenação do tempo escolar se faz em torno de unidades maiores e mais flexíveis, de forma a favorecer o trabalho com clientela de diferentes procedências e estilos de aprendizagem, procurando assegurar que o professor e a escola não percam de vista as exigências de educação postas para o período. (2001, p.103)

O ciclo revela-se, conforme os autores citados, uma possibilidade de organização do tempo e do currículo escolar valorizando a aquisição de conhecimentos que na lógica seriada não poderiam ser alternados, rompidos em sua sequência e linearidade. Tal organização curricular, nos ciclos, estaria de acordo com o interesse e o significado de um determinado tema para alunos de uma determinada realidade. A educação tradicionalmente seriada baseia-se na ênfase da rigurosidade do horário para o cumprimento das ações, conforme aponta Pinto (2001):

Passa a ser o horário, e o completar o horário, aquilo que tem prioridade. [...] A conclusão da tarefa é o que conta. Verifica-se por isso uma grande ênfase na programação rigorosa, permitindo criar um programa metucioso, por exemplo, que possibilite a seriação daquilo que é urgente e daquilo que pode ficar para depois. (p.22)

Fernandes (2010), em relação aos limites da escola seriada, argumenta que: *“justifica-se que a estruturação da escolaridade em séries concorre para o fracasso escolar sob o argumento de que a aprendizagem ocorre de forma diferenciada e em tempos distintos entre os sujeitos.”* (p.141)

O professor se percebe preocupado com os conteúdos que precisa dar, com a distribuição do tempo e periodicidade na EJA, tempo considerado escasso para trabalhar todo o programa, especialmente quando percebe necessidade de aprofundar uma temática específica. Outro ponto central na questão da adoção dos ciclos está associada a prática de avaliação, que requer dos seus sujeitos envolvidos outra lógica, que supere a quantificação dos conhecimentos e a reprovação do aluno por décimos, por exemplo. Estas são algumas questões que estão presentes nas práticas de muitos professores em seus cotidianos escolares, mas que ainda se fazem problematizadoras, uma vez que suas “respostas” revelam muitas vezes que a dicotomia posta entre série e ciclos não está tão facilmente compreendida por todos.

De acordo com a Lei de Diretrizes e Bases Nacional (LDB 9394/1996) a organização da educação básica, que incluiu a modalidade da Educação de Jovens e Adultos poderá ser organizada de diferentes formas, a saber:

Art. 23. A educação básica poderá organizar-se em séries anuais, períodos semestrais, ciclos, alternância regular de períodos de estudos, grupos não-seriados, com base na idade, na competência e em outros critérios, ou por forma diversa de organização, sempre que o interesse do processo de aprendizagem assim o recomendar.

A Lei de Diretrizes e Bases Nacional (LDB 9394/1996) determina que a Educação de Jovens e Adultos deve ser destinada a um público específico, a saber:

Art.37: A educação de jovens e adultos será destinada àqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudos no ensino fundamental e médio na idade própria.

§ 1º Os sistemas de ensino assegurarão gratuitamente aos jovens e aos adultos, que não puderam efetuar os estudos na idade regular, oportunidades educacionais apropriadas, consideradas as características do alunado, seus interesses, condições de vida e de trabalho, mediante cursos e exames.

§ 2º O Poder Público viabilizará e estimulará o acesso e a permanência do trabalhador na escola, mediante ações integradas e complementares entre si.

§ 3º A educação de jovens e adultos deverá articular-se, preferencialmente, com a educação profissional, na forma do regulamento. (Incluído pela Lei nº 11.741, de 2008)

Art. 38. Os sistemas de ensino manterão cursos e exames supletivos, que compreenderão a base nacional comum do currículo, habilitando ao prosseguimento de estudos em caráter regular.

§ 1º Os exames a que se refere este artigo realizar-se-ão:

I - no nível de conclusão do ensino fundamental, para os maiores de quinze anos;

II - no nível de conclusão do ensino médio, para os maiores de dezoito anos.

§ 2º Os conhecimentos e habilidades adquiridos pelos educandos por meios informais serão aferidos e reconhecidos mediante exames.

A Lei de Diretrizes e Bases Nacional 9394/1996 institui a Educação de Jovens e Adultos como uma modalidade de ensino, garantindo a esta um respaldo legal, no sentido de sua oferta como forma de escolarização, presente anteriormente na Constituição Federal Brasileira quando defende a obrigatoriedade da educação fundamental inclusive “para os que a ele não tiveram acesso na idade própria” (Art. 208, I). No entanto esta conquista, que traz em seus processos históricos avanços e retrocessos, é reflexo de lutas, de embates e sonhos que marcaram e ainda marcam o ideário de educação de muitos educadores que desejam e lutam por uma educação mais humanizada e transformadora. Para isso é preciso, segundo Fetzner (2007), superar algumas dificuldades presentes no cotidiano escolar:

Estas dificuldades, associadas a nossa dificuldade em desenvolver o pensamento crítico sobre a escola e sua função social, geram alguns

mitos em torno dos ciclos e muitas afirmações, na maioria das vezes vazias de fundamentação em pesquisa, mas recheadas do senso comum. Entre os mitos mais perversos, em minha perspectiva, encontro: “os ciclos de formação são uma proposta escolar que veio para desqualificar a escola dos filhos dos trabalhadores”. Primeiro porque essa escola tradicional e excludente que temos no Brasil (a qual os ciclos tentam superar) não é uma escola que toma os interesses e as possibilidades dos trabalhadores como ponto de partida, ao contrário, ela exclui os trabalhadores do seu direito a uma educação de qualidade intelectual, cultural e laboral e os convence de que a responsabilidade por essa exclusão é dos próprios trabalhadores. Segundo, porque a escola em ciclos se baseia em pressupostos de aprendizagem fundamentados em teorias que tomam o desenvolvimento humano como parâmetro e, com isto, discutem dimensões antes ignoradas da exclusão escolar, como a linguagem e os rituais escolares, entre outros. (p.04)

A organização escolar em ciclos está baseada em outras lógicas que superem a avaliação como forma de quantificação e reprovação, que superem a organização curricular linearizada, pronta a priori, sem considerar o perfil do aluno, os conhecimentos que são significativos e relevantes para determinado grupo social. No caso da Educação de Jovens e Adultos, tal opção torna-se um caminho necessário ao diálogo, à valorização do aluno como um sujeito histórico e a valorização da discussão sobre a interculturalidade inerente a diversidade que constitui esta modalidade de ensino.

Algumas considerações provisórias

A Educação de Jovens e Adultos, quando compreendida em seu processo histórico, revela e expressa diferentes formas de concepções que vigoraram nos sistemas educacionais a seu respeito em diferentes tempos e espaços. Por muito tempo foi considerada secundária ao ensino fundamental regular, compreendida como uma educação compensatória de correção de fluxo, tendo direitos e políticas diferenciadas entre outras marcas que ainda se fazem presentes nos dias atuais. As pesquisas no campo revelam que a superação de tais concepções está em processo, concomitante a defesa pelo direito à educação, pela ampliação e discussão sobre financiamento, sobre políticas públicas, sobre a formação de um professor especializado em EJA, sobre currículo adequado a esta modalidade a partir do respeito à sua diversidade inerente, fortalecendo mobilizações do campo através de fóruns sobre a EJA.

A questão curricular, quando entendida a partir de uma perspectiva crítica, é defendida como um documento de identidade, de disputa, de tensões e conflitos, campo de construção de saberes que se tecem diariamente nos cotidianos escolares

em suas múltiplas formas de manifestação do saber/poder e, ao refletirmos sobre a EJA apresenta-se como um desafio. O reconhecimento de um referencial curricular específico para esta modalidade representa um importante passo para a superação de propostas curriculares infantilizadas na EJA ou mesmo a reprodução integral dos conteúdos destinados ao ensino fundamental regular, praticado muitas vezes de forma aligeirada na EJA em função de sua organização semestral.

O Município de Niterói está organizado em Ciclos em todas as modalidades de ensino, compreendendo todo o Ensino Fundamental. Atende a Educação de Jovens e Adultos no primeiro e segundo segmento do Ensino Fundamental. No ano de 2010 implementou um referencial curricular para toda a Rede, especificando cada modalidade de ensino, inclusive a Educação de Jovens e adultos. A escrita do documento representou a materialização da organização curricular em ciclo do ensino na rede, um processo contínuo de discussões iniciadas em gestões anteriores, processo que se fez expresso, por exemplo, em algumas portarias. Sua elaboração contou com a participação das unidades escolares que atendem a esta modalidade onde a fala e a contribuição de algumas unidades se faz presente no teor do documento – Referencial Curricular.

A EJA no Município de Niterói se estrutura em 4 ciclos. 1º e 2º ciclos referentes ao primeiro segmento do Ensino Fundamental e 3º e 4º ciclos referentes ao segundo segmento do Ensino Fundamental. A proposta Curricular se organiza com base em três eixos “Linguagens”, “Tempo e Espaço” e “Ciência e Tecnologia” que são comuns a todos os ciclos do Ensino Fundamental. Para cada eixo há uma apresentação de “temas de trabalho e projetos” contemplando assuntos do cotidiano da sociedade atual, tais como: trabalho, meio ambiente, sexualidade, gerações etárias, direitos humanos, entre outros vários outros assuntos, sendo que para cada um destes temas estão relacionados alguns objetivos a serem alcançados. Tais temas e projetos são apresentados no documento como uma sugestão curricular e são específicos a cada um dos quatro ciclos que compõem a organização escolar.

Em linhas gerais o documento representa um marco no sentido de propor oficialmente a superação da visão de organização escolar seriada, linear e secundarizada na EJA, além de ser uma produção e representação curricular pensada no aluno Jovem, Adulto e Idoso que frequenta os espaços institucionais da rede. Na prática outras questões tornam-se presentes, que estão em investigação, referentes a como este documento efetivamente se expressa, se revela, se constitui no cotidiano das escolas que oferecem a Educação de Jovens e Adultos. Em alguns estudos e relatos sobre ciclos é possível perceber o quanto a lógica da seriação ainda está presente na cultura escolar, seja ela do professor, dos alunos, ou mesmo imputada na

própria forma de organização da escola enquanto um sistema complexo e ampliado. Considerando-se ainda que o próprio professor traz em sua experiência formativa a lógica de seriação no sistema escolar, compreender a adoção e a defesa em um documento oficial, e mais que isso, nas práticas educativas, e como elas se expressam é, sem dúvida, de notável relevância no sentido de buscarmos compreender formas e possibilidades de transformação e transição da escola, em uma direção mais humanizadora e plena.

Acredita-se que as questões suscitadas representarão elementos relevantes na reflexão da Educação, aqui pensada na Educação de Jovens e Adultos, composta por uma diversidade de sujeitos, histórias, memórias e interações, compreendidas em seu tempo histórico, com as questões e as problematizações possíveis, materializadas em realidades plurais que se querem justas e emancipatórias.

REFERÊNCIAS:

BARRETTO, Elba Siqueira de Sá and MITRULIS, Eleny. Trajetória e desafios dos ciclos escolares no País. *Estud. av.* [online]. 2001, vol.15, n.42, pp. 103-140. ISSN 0103-4014. <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-40142001000200003>.

Acesso em 15/01/2014

FERNANDES, Claudia de Oliveira. A necessária superação da dicotomia no debate séries-ciclos na escola obrigatória. *Cad. Pesqui.* [online]. 2010, vol.40, n.141, pp. 881-894. ISSN 0100-1574. <http://dx.doi.org/10.1590/S0100-15742010000300011>.

Acesso em 20/01/2014

_____. Escola em ciclos: uma escola inquieta – o papel da avaliação. In.: KRUG, Andréa Rosana Fetzner (org). *Ciclos em Revista – A construção de uma outra escola possível*. Vol.01. Rio de Janeiro: Wak Ed, 2007.

FETZNER, Andréa Rosana. Ciclos: provocações políticas e pedagógicas na organização do tempo escolar. In.: *Revista Contemporânea de Educação*. V.2 N.4, 2007. Disponível em:

<http://www.revistacontemporanea.fe.ufrj.br/index.php/contemporanea/article/view/35>

Acesso em: 16/02/2014

FREITAS, J.C. de. Cultura e currículo: uma relação negada na política do sistema de progressão continuada no estado de São Paulo. São Paulo, 2000. Tese (doutorado) Pontifícia Universidade Católica.

KRUG, Andréa Rosana Fetzner (Org) Ciclos em Revista 1 – A construção de uma outra escola possível. Rio de Janeiro: Wak Editora, p. 32, 2007.

Lei de Diretrizes e Bases n. 9394 (Lei Ordinária), 20-12-1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial, Brasília, DF: MEC/Imprensa Nacional, Ano 84, n. 248, Seção 1, 23 dez. 1996a.p. 27833.
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm
Consultado em 15/01/2014

MAINARDES, Jefferson. Escola em Ciclos, processos de aprendizagem e intervenções pedagógicas: algumas reflexões. In.: KRUG, Andréa Rosana Fetzner (org). Ciclos em Revista – A aprendizagem em diálogo com as diferenças. Vol.03. Rio de Janeiro: Wak Ed, 2008.

_____. Escola em Ciclos, processos de aprendizagem e intervenções pedagógicas: algumas reflexões. In.: KRUG, Andréa Rosana Fetzner (org). Ciclos em Revista – A aprendizagem em diálogo com as diferenças. Vol.03. Rio de Janeiro: Wak Ed, 2008.

OLIVEIRA, Z.M.R. de. Avaliação da aprendizagem e progressão continuada: bases para a construção de uma nova escola. Estudos em Avaliação Educacional. São Paulo, n. 18, p. 7-11, jul./dez. 1998.

PINTO, J, M, S. O tempo e a aprendizagem: subsídios para uma nova organização do tempo escolar. Porto: ASA, 2001

ROMÃO, J. E. Compromisso do educador de jovens e adultos. In: GADOTTI, M.; ROMÃO, J. E. (Org.). Educação de jovens e adultos: teoria prática e proposta. São Paulo: Cortez, 2006. v. 5.